

Safira da Mata Oliveira. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mobilidade internacional na University of Sheffield (UoS).

Contato:

<damatasafira@gmail.com>

Palavras-chave:

Autocratização. Crise da democracia. Governo Bolsonaro.

Keywords: *Autocratization. Crisis of democracy. Bolsonaro government.*

A EROSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DE LEVITSKY E ZIBLATT

DEMOCRATIC BACKSLIDING IN BRAZIL ACCORDING TO LEVITSKY AND ZIBLATT

Resumo: De acordo com dados do V-Dem (2021), entre 2017 e 2020, a democracia declinou em 25 países, incluindo o Brasil. O objetivo deste artigo é, então, interpretar a erosão da democracia brasileira através dos parâmetros estabelecidos no livro *Como as democracias morrem* (2018). Por meio de uma análise da crise da democracia brasileira, seguida da apresentação de dados do V-Dem (2022) que ilustram esse processo, demonstramos como Jair Bolsonaro se encaixa no perfil autoritário identificado por Levitsky e Ziblatt (2018). Para além de uma queda na qualidade da democracia, o Brasil conta com um ex-presidente com comportamento autocrático.

Abstract: *According to V-Dem (2021) data, between 2017 and 2020, democracy is in decline in 25 countries. Given that, the purpose of this article is to interpret the Brazilian democratic backsliding through parameters established in the book How democracies die (2018). Through an analysis of the Brazilian crisis of democracy, followed by the presentation of V-Dem (2022) data that illustrates this process, we demonstrate how Jair Bolsonaro fits in the authoritarian profile identified by Levitsky and Ziblatt (2018). Beyond the decline in the quality of democracy, Brazil has an ex-president with autocratic behaviour.*

1. INTRODUÇÃO:

Ao longo do século XX, os ciclos favoráveis e desfavoráveis à democracia foram pensados em termos de ondas de democratização e desdemocratização. As ondas de democratização ocorrem quando transições em direção a regimes democrático-liberais superam as transições em direção a regimes autoritários (HUNTINGTON, 1994; LIJPHART, 2012). As ondas reversas, que concretizam o processo de autocratização, dizem respeito ao declínio da qualidade da democracia e seguem um mesmo padrão. Segundo relatório do V-Dem (2021, p.07), primeiro, vem o ataque à mídia e à sociedade civil; depois, a polarização da sociedade através do desrespeito aos oponentes e da disseminação de informação falsa; por fim, o ataque às instituições.

Em geral, durante as últimas três décadas, a confiança nas instituições políticas, parlamentos e/ou tribunais de justiça declinou até entre as democracias consolidadas, assim como o comparecimento às urnas e a identificação/filiação partidária (FOA & MOUNK, 2016). Esse processo de autocratização, contudo, está se agravando especialmente nos países da Ásia, do leste da Europa e da América Latina. Anteriormente, só se acreditava na possibilidade de aprofundamento da democracia (HUNTINGTON, 1994), mas os dados evidenciam a chance de reversibilidade democrática. Em 2020, pela primeira vez desde 2001, as democracias deixaram de ser a maioria. De acordo com dados do V-Dem (2021), entre os anos de 2017 e 2020, a democracia declinou em 25 países. Como colocado por Foa e Mounk (2016), Ronald Inglehart e Pippa Norris, por exemplo, geralmente não interpretavam tais fatos como sinais de crise democrática, mas somente como críticas às elites tradicionais das democracias liberais. Porém, a emergência de líderes populistas aves-

os a comportamentos democráticos somada à chegada de agendas neoliberais ao limite fez com que vários autores começassem a trabalhar acerca disso; entre eles, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) vêem evidências de um declínio democrático na contemporaneidade.

Nesse contexto, o Brasil aparece como um exemplo interessante para investigação, porque se trata do 4º país que mais autocratizou entre os anos de 2010 e 2020, tendo somente Polônia, Hungria e Turquia na sua frente (V-DEM, 2021). Depois do segundo processo de *impeachment*, com a derrubada da ex-presidenta Dilma Rousseff (GARCIA, CALGARO, MATOSO *et al.*, 2016), e de vários escândalos de corrupção, o sentimento de desconfiança em relação às instituições públicas brasileiras e os atos antidemocráticos ganharam espaço no país (AVRITZER & RENNÓ, 2021). Esse crescimento de ideias autoritárias chegou ao seu ápice com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL - Partido Social Liberal), que, ao longo de sua carreira política, revelou progressivamente sua tendência antidemocrática.

Diante disso, nosso objetivo, neste artigo, é interpretar a erosão da democracia brasileira através dos parâmetros estabelecidos no livro *Como as democracias morrem* (2018). Na obra de 2018, Levitsky e Ziblatt analisam as ameaças às democracias tradicionais através de uma comparação entre a eleição de Trump e outros exemplos de rompimento democrático. Para entender se a teoria desenvolvida pelos cientistas políticos estadunidenses se estende para além do caso dos Estados Unidos, além desta introdução, o artigo conta com mais três seções. Na primeira seção, exploraremos brevemente aspectos centrais da crise da democracia contemporânea brasileira. Logo depois, apresentaremos dados específicos do V-Dem (2022) que corroboram essa realidade. O Ins-

tituto Variedades da Democracia conta com “quase 30 milhões de pontos de dados para 202 países de 1789 a 2020”, envolvendo mais de 3.500 acadêmicos e especialistas (LAGO, 2021, p. 2). O projeto V-Dem tem como foco uma nova abordagem do conceito de democracia, ultrapassando uma análise limitada às eleições e avaliando centenas de atributos diferentes que dizem respeito à qualidade da democracia. Posteriormente, faremos uma revisão do perfil autoritário identificado por Levitsky e Ziblatt (2018), demonstrando como Jair Bolsonaro se encaixa no modelo do político com tendências autocráticas. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

2. A AUTOCRATIZAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL:

Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos foi causada pelos próprios governos eleitos. É desse cenário que Levitsky e Ziblatt (2018) partem para demonstrar que, hoje, golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raras. A morte das democracias, cada vez mais, acontece através de líderes eleitos que subvertem o próprio processo que os levou ao poder, “mudando o cenário internacional e trazendo consigo novas batalhas pela ‘verdadeira’ história” (SCHWARCZ, 2019, p. 25). Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na Alemanha. Porém, é mais comum as democracias decaírem aos poucos, em etapas nem sempre visíveis:

“Não há tanques nas ruas. Constituições e outras instituições nominalmente democráticas restam vigentes. As pessoas ainda votam. Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem a sua essência. Muitos esforços do governo para subverter a democracia são ‘legais’, no sentido de que são aprovados pelo Legislativo ou aceitos pelos tribunais [...]. Os jornais continuam a ser publicados, mas são comprados ou intimidados e levados a se autocensurar. Os cidadãos continuam a criticar o governo, mas muitas vezes se veem envolvidos em problemas com impostos ou outras questões legais. [...] Como não há um momento único – nenhum golpe, declaração de lei marcial ou suspensão da Constituição – em que o regime obviamente ‘ultrapassa o limite’ para a ditadura, nada é capaz de disparar os dispositivos de alarme da sociedade”. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 17)

Dessa forma, os governos eleitos dão passos, nenhum deles explicitamente inconstitucionais ou antidemocráticos, que, somados, vão aumentando a discricionariedade do governo. Por isso, o teste essencial para as democracias não é se os demagogos extremistas surgem, mas se líderes e partidos políticos conseguem evitar que eles acumulem poder. Se esse aspirante a ditador chega ao poder, a democra-

cia enfrenta um teste crucial: as instituições democráticas serão subvertidas ou ele será constrangido por elas? (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). Nesse sentido, o caso brasileiro surge como um exemplo de ataque aos elementos democráticos centrais para Levitsky e Ziblatt (2018): as instituições públicas e a legalidade.

Historicamente, a democracia brasileira pode ser entendida como constituída a partir de movimentos pendulares (AVRITZER, 2018). Antes num momento expansivo, caracterizado pela ampliação de direitos, processamento institucional dos conflitos, estabilização democrática e crescimento econômico (AVRITZER, 2018), o Brasil, ainda sofrendo as consequências da crise imobiliária de 2008, encarou, no ano de 2013, uma série de protestos causados, por exemplo, pela má qualidade dos serviços públicos, como o transporte coletivo, e pelo crescimento da corrupção no país (SILVA, 2018). Após o primeiro momento de crescimento das manifestações, marcado por um otimismo democratizante, os confrontos continuaram com dinâmicas mais polarizadas, banalizando soluções autoritárias e progressivamente invalidando instituições democráticas (MENDONÇA & DOMINGUES, 2022). Deixando de lado a certeza de que o repertório típico de ação dos movimentos sociais – os protestos – necessariamente contribuem para o aprofundamento da experiência democrática, vemos o Brasil como um exemplo concreto de como as manifestações “podem alimentar o processo de erosão democrática de diversas formas” (MENDONÇA & DOMINGUES, 2022, p. 02).

Como resultado desse cenário, instaurou-se um momento regressivo, marcado por fortes divisões políticas, crises econômicas e profundos desacordos em relação ao projeto de país (AVRITZER, 2018). Desde então, encaramos o acirramento da polarização na campanha presidencial de 2014, a crise econômica iniciada em 2015, os desdobramentos da Operação Lava Jato – como a decisão de Gilmar Mendes, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), de impedir que o então ex-presidente Lula assumisse o ministério da Casa Civil no governo de Dilma Rousseff (KERCHE & JUNIOR, 2018) –, o processo de criminalização da política, que fez parte da chave interpretativa da maior parte das instituições midiáticas brasileiras (AVRITZER, 2020), a interrupção do mandato de Dilma Rousseff... Nesse contexto, protestos explicitamente antidemocráticos tornaram-se parte do cotidiano político brasileiro. Assim, a ameaça à democracia passou a se basear numa antipolítica, num populismo de direita e numa aglutinação da face antipetista em torno da imagem de Jair Bolsonaro (MENDONÇA & DOMINGUES, 2022).

Apesar de ter se deparado com uma ordem administrativa forte e bem estabelecida em 2019 (SÁ E SILVA, 2021), Bolsonaro adotou um projeto político que colidiu com muito do que o Estado brasileiro vinha fazendo em termos de políticas públicas. Existia um certo padrão de conduta, principalmente quanto à proteção ambiental, inclusão social, questões raciais,

igualdade de gênero e saúde pública baseada na ciência, que foi, em grande parte, destruído. Mais tarde, a partir da nomeação de cargos para seu ministério e da forma como ele enfrentou a pandemia de COVID-19, percebemos como essas estratégias podem ser entendidas como evidências de preocupação zero com a governabilidade (AVRITZER, MARONA e KERCHÉ, 2021).

A disseminação de informação falsa e o estímulo à polarização da sociedade através da negação da legitimidade dos adversários políticos já faziam parte do cotidiano de Bolsonaro antes da eleição de 2018. Com o foco de fomentar sua reputação e desacreditar a oposição, era comum ouvir o então deputado federal falando em “fuzilar a petralhada” (RIBEIRO, 2018), dividindo a sociedade em dois campos opostos cujos membros desconfiam uns dos outros, ou negar a ditadura militar brasileira de 1964, tratando-a como uma “imposição popular” (DE CAMPOS, 2019). Juntando esse comportamento, que se manteve após sua eleição como presidente, à propagação da ideia de que deve ser imposta uma soberania forte por parte do líder político, não demorou muito para que começassem os ataques às instituições mediadoras, como os partidos e a mídia. Aqui, chegamos à última fase do que o V-Dem chama de autocratização (2021). É possível notar, também, que essa abordagem bolsonarista se enquadra no que Lilia Schwarcz (2019, p. 53) chama de “modelo autoritário de fazer política”. Esse termo se refere a um modo de se colocar na vida política sem se desvencilhar das velhas elites rurais e atualmente urbanas, desautorizando demandas de minorias, recriando o passado, abusando da autoridade e reproduzindo dinâmicas segregacionistas e hierarquias simbólicas (SCHWARCZ, 2019).

Porém, não é fácil manter políticos autoritários, como Jair Bolsonaro, fora do poder – até porque as democracias não devem e não podem banir ou proibir candidatos de concorrer em eleições. Dessa forma, mesmo num regime democrático que envolve diversos agentes, como imprensa, Congresso, Judiciário e eleitores, para Levitsky e Ziblatt (2018), a responsabilidade se volta para os partidos políticos, que são entendidos como “guardiões da democracia”. Levitsky e Ziblatt (2018) retomam Nancy Bermeo (2003) para dizer que os partidos pró-democráticos precisam ter o que a cientista política chama de “capacidade de se distanciar”. Isso pode ser feito, por exemplo, através da manutenção dos autoritários em potencial fora das chapas eleitorais, da erradicação de extremistas nas bases de suas fileiras e da atuação sistêmica para isolamento (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). Porém, como fazer isso num país onde os partidos fazem parte das instituições debilitadas?

Agravando a situação, na conjuntura brasileira, as barreiras contra a entrada de *outsiders* (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018) – além dos partidos, a economia e a mídia – estão bem enfraquecidas. Economicamente, a barreira se desfez porque houve um alinhamento à agenda econômica trazida pelo governo Bolsonaro. Ele se

aproximou do mundo dos negócios através de um programa restritivo e antiestado, revisitando o populismo neoliberal dos anos 90, sendo que o apoio do mercado financeiro seria recompensado com o poder de escolher os legisladores responsáveis pelas políticas públicas da área econômica (RENNÓ, AVRITZER e CARVALHO, 2021). Ademais, no aspecto midiático, vale ressaltar que Bolsonaro, o terceiro *outsider* de direita a chegar na presidência do Brasil, depois de Jânio Quadros (1960) e Fernando Collor (1990) (AVRITZER, MARONA e KERCHÉ, 2021), cria uma estrutura a partir de uma consolidada base nas redes sociais, estabelecendo um canal próprio e direto com os apoiadores, sem mediação da imprensa. Nesse cenário, passa a ser comum ver estratégias de degradação das instituições políticas com base em uma grande rede de desinformação e disseminação de *fake news* (AVRITZER, MARONA e KERCHÉ, 2021). Por meio dessa rede, ele consegue “atacar o sistema político, o STF e até mesmo o carnaval do Rio de Janeiro”, sendo que já é comprovado como esses ataques afetam negativamente a legitimidade das instituições políticas (AVRITZER, MARONA e KERCHÉ, 2021, p.17).

É importante ressaltar que a crise da democracia contemporânea brasileira tem algumas particularidades em relação a outros casos que vêm sendo estudados, como os EUA e a Hungria. Ainda que a tensão entre uma burocracia forte e independente e as disputas inerentes à democracia sejam fundamentais para a formação de um regime eficaz (ABRAMOVAY & LOTTA, 2022), no Brasil, há uma mistura, por exemplo, da extensão do Estado com a criação de uma burocracia complexa e a complicação da produção de dados. Tenta-se, sobretudo, articular uma burocracia e uma economia relativamente complexas com uma gestão autoritária. O país, então, pode ser definido como um caso de autoritarismo burocrático:

“Esse termo estranho [é usado] porque facilita o emprego do termo “autoritário” como um genus que inclui outros tipos de sistemas políticos não democráticos sul-americanos associados com níveis baixos de modernização. O termo ‘burocrático’ sugere os traços cruciais específicos dos sistemas autoritários de alta modernização: o crescimento do poder organizacional de muitos setores sociais, as tentativas governamentais de controle pelo ‘encapsulamento’, os padrões de carreira e as bases de poder da maioria dos portadores de papéis tecnocráticos, e o papel-chave desempenhado pelas grandes burocracias (públicas e privadas)”. (O’DONNELL, 1973, p. 95)

A abordagem de Guillermo O’Donnell, para além de explicar a ruptura democrática institucional nas democracias de economia periférica, elucida um novo tipo de dominação autoritária na América Latina, que se dá a partir de características histórico-estruturais e de processos tardios de desenvolvimento econômico e industrial determinadores da trajetória até o autoritarismo (JUNIOR & LIVACIC, 2017). Nes-

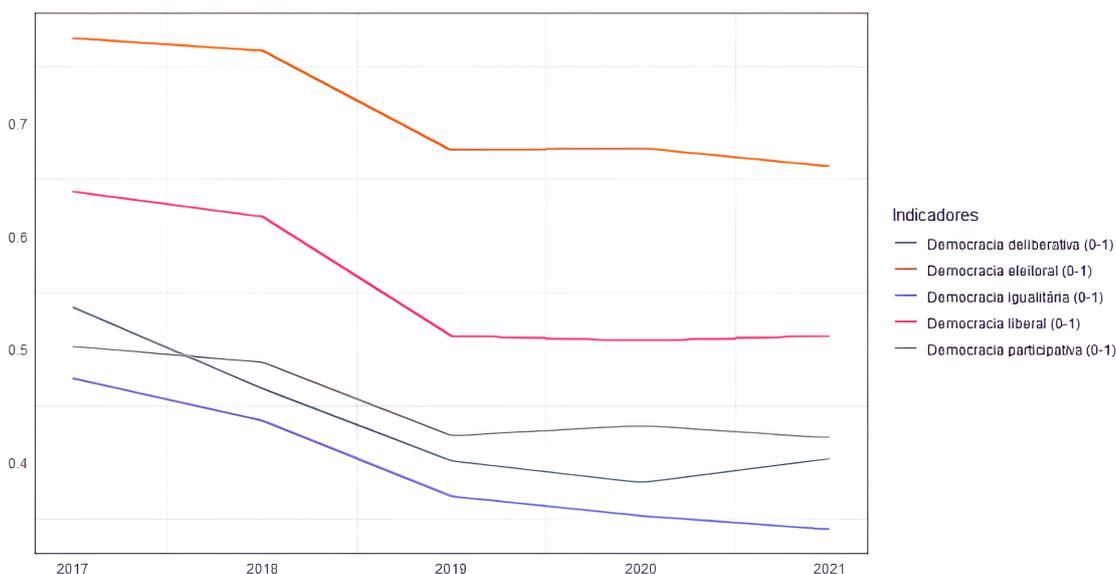
se sentido, ultrapassando o período da ditadura militar brasileira, o cientista político argentino se baseia na ideia de que “as sociedades estariam determinadas por uma certa ordem social, econômica ou cultural que afeta as condutas e comportamento dos atores sociais e políticos ao longo do tempo” (CASTIGLIONI & FUENTES, 2015, p. 16).

Dessa maneira, a teoria clássica da modernização, que coloca o desenvolvimento econômico e a modernização social como criadoras de condições para a democracia, é substituída pela ideia de que esses fatores seriam responsáveis por condicionar novas formas de dominação política autoritária. Por conseguinte, numa conjuntura de correspondência entre a estrutura econômica e o tipo de ordem política, a polarização política é transformada em crise econômica, social e ideológica, fazendo com que os interesses político-sociais heterogêneos gerem pressão suficiente para rupturas institucionais e golpes de Estado (JUNIOR & LIVACIC, 2017).

3. OS DADOS NÃO MENTEM:

Num contexto mais geral, quando observamos, por exemplo, o alcance da democracia deliberativa, eleitoral, igualitária, liberal e participativa – os cinco indicadores clássicos do V-Dem –, notamos que, progressivamente, vem se instaurando um quadro de queda em todos esses índices, que são medidos entre 0 e 1, sendo 1 o valor máximo e ideal. No caso, a democracia deliberativa diz respeito ao nível em que as discussões são orientadas pelo bem comum ao invés de respeitarem somente interesses individuais; o índice agregado de democracia eleitoral combina os componentes de participação eleitoral e os graus de contestação presentes no regime (NETO & COPPEDGE, 2015). Por sua vez, o componente igualitário aponta como se dá a distribuição de poder político, assim como em que medida a igualdade entre os cidadãos é promovida; já a democracia liberal “mede os limites da atuação do estado, a primazia da lei, e a garantia dos direitos individuais” (NETO & COPPEDGE, 2015, p. 19). O aspecto participativo, por fim, ressalta a participação direta de cidadãos e da sociedade civil em processos políticos, eleitorais ou não (NETO & COPPEDGE, 2015).

Figura 1: Indicadores clássicos V-Dem - de 2017 a 2021.



Fonte: V-Dem (2022)

Ainda que haja um crescimento na esfera deliberativa entre 2020 e 2021, trata-se de algo insuficiente: embora haja uma pequena melhora, o valor ainda está muito ruim, sendo que os outros índices mantiveram um padrão de queda. Apesar de Levitsky e Ziblatt (2018) partirem dos Estados Unidos na construção de boa parte de sua análise, chegando a colocar que a democracia brasileira fazia parte das democracias intactas e não atingidas pelo processo de corrosão de normas democráticas, a realidade, em 2022, é outra. Uma maneira bem simples de enxergar isso é observar os princípios estabelecidos pelos autores como definidores do

comportamento autoritário. Baseados no trabalho de Linz, Levitsky e Ziblatt (2018) definem quatro sinais de alerta que podem nos ajudar a reconhecer um demagogo, conforme exposto no quadro seguinte:

Quadro I: Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário

Indicadores	Exemplos de medidas
1. Rejeição, em palavras ou ações, das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas)	Rejeição da Constituição; sugestão de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições; tentativa de minar a legitimidade de eleições.
2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos	Descrição dos rivais como subversivos, ameaçadores ou criminosos.
3. Tolerância ou encorajamento à violência	Laços com milícias e forças paramilitares; estimulação a ataques contra oponentes; elogio a atos de violência política do passado.
4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia	Apoio a políticas de restrição de liberdades civis; elogio a medidas repressivas tomadas por outros governos; ameaça ações punitivas contra críticos.

Fonte: Levitsky e Ziblatt (2018)

É importante salientar que, segundo Levitsky e Ziblatt (2018), um político que se enquadre em sequer um desses critérios é motivo de preocupação. Pensando em algumas declarações polêmicas de Bolsonaro, não é difícil encontrar ilustrações concretas desses indicadores. Um presidente que fala que se chegasse algo fora das 4 linhas da Constituição, ele seria obrigado a sair das 4 linhas (ESTADÃO CONTEÚDO, 2021) mostra, no mínimo, um compromisso débil com a Constituição. Ao se referir aos adversários como “marginais vermelhos” e dizer que eles seriam “banidos de nossa pátria” (VEJA, 2018), vemos, por exemplo, a negação da legitimidade dos oponentes políticos. Ao dizer, também, que, sem a ditadura militar, o país seria uma “republicueta” (MAZUI & RODRIGUES, 2022), há um indício não só de tolerância mas de encorajamento à violência. Mais um fator que merece atenção é a propensão em restringir liberdades civis: ou estaria a democracia brasileira sã e salva nas mãos de um presidente que fala em encher a boca de um jornalista de “porrada” (UOL, 2022)?

Vale enfatizar, também, que, frequentemente, são os *outsiders* populistas que dão positivo no teste do autoritarismo (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). Recuperando um pouco dos principais nomes da literatura sobre o populismo (FINCHELSTEIN, 2020; LACLAU, 2013; MUDDE & KALTWASSER, 2017), os autores colocam que:

“Populistas são políticos antiestablishment – figuras que, afirmando representar a “voz do povo”, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora. Populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo antipatrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite.

E prometem sepultar essa elite e devolver o poder “ao povo”. Esse discurso deve ser levado a sério. Quando populistas ganham eleições, é frequente investirem contra as instituições democráticas”. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 32)

Especificamente no populismo de Jair Bolsonaro, “povo e elite têm semblantes facilmente identificáveis” (RICCI, IZUMI e MOREIRA, 2021, p. 10). Atendo-se aos defensores dos valores conservadores da família tradicional, o antipluralismo e a rejeição da inclusão de alguns grupos específicos dentro da ideia de povo são marcantes (RICCI, IZUMI e MOREIRA, 2021). Aqui, é imprescindível destacar que a gestão da pandemia covid-19 entra como um ponto de extrema relevância, sendo que vários dos líderes mundiais que minimizaram a pandemia em regimes democráticos foram populistas – como Jair Bolsonaro no Brasil, Donald Trump nos Estados Unidos e Daniel Ortega na Nicarágua (RENNO, AVRITZER e CARVALHO, 2021).

Levando tudo isso em consideração, a proposta, agora, é verificar, por meio de índices que dizem respeito à qualidade da democracia, que a erosão democrática vem, de fato, ocorrendo no Brasil. Mais do que isso, essa piora está centralizada não só no governo, mas também na figura de Bolsonaro. Para isso, foram selecionados os seguintes indicadores correspondentes a cada critério apontado por Levitsky e Ziblatt (2018):

Quadro II: Os quatro principais indicadores de comportamento autocrático de acordo com dados do V-Dem (2022)

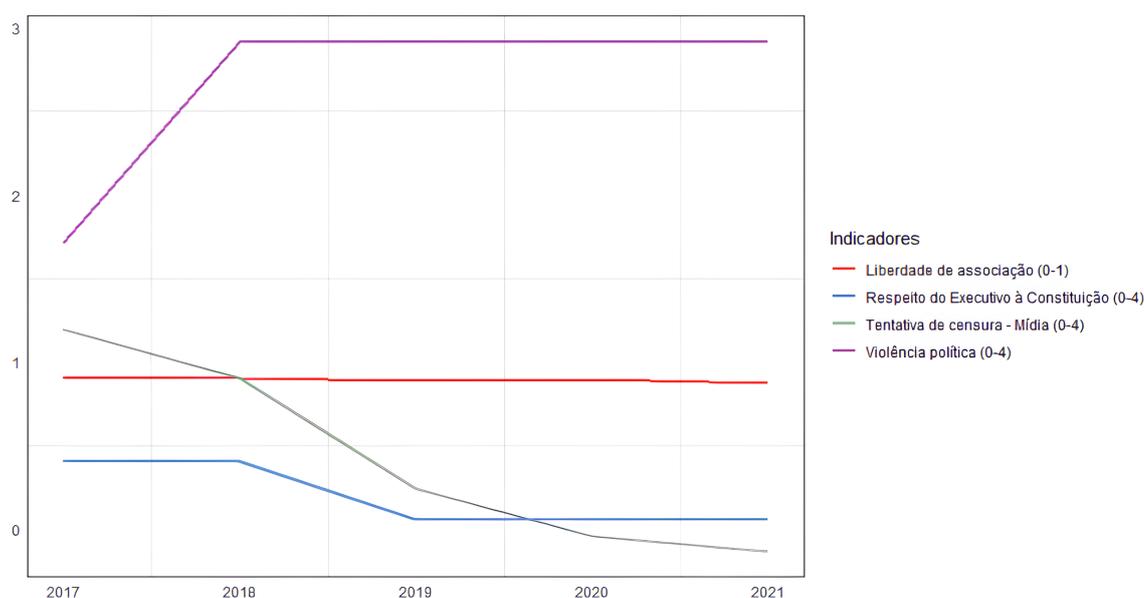
Indicadores segundo Levitsky e Ziblatt (2018)	Indicador correspondente V-Dem (2022)
1. Rejeição, em palavras ou ações, das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas)	Respeito do Executivo à Constituição (v2exrescon)
2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos	Liberdade de associação (v2x_frassoc_thick)
3. Tolerância ou encorajamento à violência	Violência política (v2caviol)
4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia	Tentativa de censura - Mídia (v2mecenefm)

Fonte: Adaptada de Levitsky e Ziblatt (2018), usando dados do V-dem (2022).

Inicialmente, a medida “Respeito do Executivo à Constituição” revela como tem se dado, na prática, a rejeição das regras democráticas do jogo. Aqui, o 0 simboliza o pior valor, indicando que os membros do Executivo violam a Constituição sem sofrer com consequências legais; o 4, por outro lado, é o ideal, apontando que não há violações. Já a “Liberdade de Associação” diz respeito ao nível da permissão dada às organizações da sociedade civil e aos partidos – incluindo os partidos de oposição – para sua mobilização e participação nas eleições. Nesse caso, a escala varia entre 0 e 1, sendo 1 o grau mais alto de liberdade. “Violência política” trata da frequência com que atores não estatais praticaram violência política. O 0 passa a ser a medida ideal, revelando o mínimo de violência possível, enquanto o 4 revela uma constância. Por fim, “Tentativa de censura – Mídia”

nos mostra se o governo tenta, diretamente ou indiretamente, censurar a mídia impressa ou de transmissão. A medida varia entre 0 e 4, e, quanto mais próximo de 0, pior: significa que as tentativas são diretas e rotineiras. Aqui, vale ressaltar que os indicadores do V-Dem são calculados ordinalmente e os valores estão dentro de uma escala intervalar. Por isso, os resultados assumem valores discretos, mas a pontuação real pode ser de qualquer valor numérico, geralmente variando entre -4 e 4 ou -1 e 1 (V-DEM, 2022). Olhando a disposição desses índices entre 2017, um ano antes da eleição de Jair Bolsonaro, e 2021, 3 anos completos de governo Bolsonaro, temos os valores dispostos graficamente a seguir:

Figura 2: Indicadores selecionados V-Dem - de 2017 a 2021



Fonte: V-Dem (2022).

Observando somente as curvas destes indicadores, podemos perceber que o bolsonarismo foi catastrófico para a democracia brasileira. Com exceção da “Liberdade de associação”, que vem decaindo lentamente ao longo desses últimos anos, todas as outras medidas indicam uma piora significativa na qualidade da democracia como um todo. Quando olhamos o “Respeito do Executivo à Constituição”, os valores variaram quase 85% apenas entre 2018 e 2019. Seguindo um caminho similar, a “Violência política” aumentou 70,41% somente de 2018 para 2019. Depois disso, nesses dois parâmetros, entramos num período de estabilidade, mas, novamente, uma estagnação num valor muito baixo e ruim. Já a “Tentativa de censura – Mídia” segue num crescimento absurdo: entre 2017 e 2021, assistimos a um aumento de 110,80%, com o índice chegando a atingir valores negativos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No caso brasileiro, é possível ver que a crise da democracia contemporânea está acontecendo diante dos nossos olhos quando analisamos dados sobre a qualidade democrática. E esses dados, realmente, não mentem: não é difícil enxergar como o governo de Jair Bolsonaro se enquadra nos parâmetros de comportamento autoritário estabelecidos por Levitsky e Ziblatt (2018). A partir da análise dos indicadores do V-Dem (2022), percebemos que a gestão bolsonarista foi, de fato, símbolo de desrespeito à Constituição e potente no aumento da violência política e das tentativas de censura da mídia.

Entendemos, assim, que a regressão democrática no país, iniciada nas manifestações de 2013, ganhou novas proporções com o uso

da crise política e econômica como meio de ascensão (HUNTER & POWER, 2019) para a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Ao longo dos anos, o então presidente de tendências autoritárias e populistas cresceu através de um discurso meritocrático que escondia interesses de grupos específicos em detrimento da política (ABRAMOVAY & LOTTA, 2022). Assim, ele foi se fortalecendo não como um líder político, mas como representante de um movimento capaz de destruir políticas e políticos (AVRITZER, MARONA e KERCHE, 2021). A queda na qualidade democrática já em curso foi extremamente potencializada por um governo nada preocupado com a governabilidade e a manutenção de políticas públicas (AVRITZER, MARONA e KERCHE, 2021) – ou, como colocado pela cientista política Gabriela Lotta (FORA DA POLÍTICA NÃO HÁ SALVAÇÃO, 2022), um governo contra o Estado.

Como consequência desse cenário, assistimos, sobretudo, ao processo gradual de destruição da democracia contemporânea brasileira. A presença numerosa de militares na administração, a radicalização do discurso político, a crescente violência política, a adesão ao discurso negacionista e o reconhecimento de Jair Bolsonaro como representante da identidade legítima do povo são só algumas das consequências que ficam como legado de um governo incompatível com a democracia e com o Estado de Direito (LYNCH & CASSIMIRO, 2022). Agora, o desafio não é apenas rever políticas públicas inconciliáveis com valores democráticos, mas também fortalecer a própria democracia, que foi fragilizada pelo radicalismo conservador (ROSA, 2023).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMOVAY, Pedro & LOTTA, Gabriela. **A democracia equilibrista: Políticos e burocratas no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.
- AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos**, n. 37, v. 2, p. 273-289, 2018.
- AVRITZER, Leonardo. **-Política e antipolítica: A crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.
- AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie; KERCHE, Fábio (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- AVRITZER, Leonardo & RENNÓ, Lúcio. The Pandemic and the Crisis of Democracy. **Journal of Politics in Latin America**, n. 13, v. 3, p. 442-457, 2021.
- BERMEO, Nancy. **Ordinary People in Extraordinary Times: The Citizenry and the Breakdown of Democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- CASTIGLIONE, Rosana & FUENTES, Claudio. **Política Comparada Sobre América Latina: Teorías, Metodos y Tópicos**. Santiago de Chile, Ediciones Universidad Diego Portales, 2015.
- DE CAMPOS, João Pedroso. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. **Veja**, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>>. Acesso em: 02 dez. 2022.
- ESTADÃO CONTEÚDO. Bolsonaro: Se chegar algo fora das 4 linhas, sou obrigado a sair das 4 linhas. **Estadão**, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/04/interna_politica,1292982/bolsonaro-se-chegar-algo-fora-das-4-linhas-sou-obrigado-a-sair-das-4-linh.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. Tradução de Jaime Araújo. São Paulo, Edições 70, 2020.

FOA, Roberto Stefan & MOUNK, Yascha. A desconexão democrática. *Journal of Democracy* (em português), n. 5, v. 2, p. 1-21, 2016.

FORA DA POLÍTICA NÃO HÁ SALVAÇÃO: Um governo contra o Estado | Com Gabriela Lotta / 126. Entrevistada: Gabriela Lotta. Entrevistador: Cláudio Couto. [S. l.]: Cláudio Couto, 7 mai. 2022. **Podcast**. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/241mMv8KYKZH0dkMoZEIbk?si=CvbDLFcRTLSoe5GUKk9r-g&nd=1>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

GARCIA, Gustavo; CALGARO, Fernanda; MATOSO, Filipe; LIS, Laís; RODRIGUES, Mateus. Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. **G1**, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

HUNTER, Wendy & POWER Timothy. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. *Journal of Democracy*, n. 30, v. , p. 68-82, 2019.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo, Ática, 1994.

IDOETA, Paula Adamo. Lula eleito: de 'Não sou covheiro' a 'pintou um clima'; as frases que podem ter custado votos a Bolsonaro. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63111634>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

JUNIOR, José Carlos Martines Belieiro & LIVACIC, Gaston Ernesto Passic. Estados Autoritários na América Latina: uma revisão crítica ao conceito de Estado Burocrático Autoritário em Guillermo O'Donnell. **REBELA. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, n. 7, v. 2, p. 261-287, 2017.

KERCHE, Fábio & JÚNIOR, João Feres. **Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. 1ª edição, São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAGO, Rudolfo. **Estudo inclui o Brasil entre países com declínio democrático**. UOL: Congresso em Foco, 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/estudo-da-universidade-de-gotemburgo-inclui-brasil-entre-paises-com-declinio-democratico/>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracias: Desempenho e padrão de governo em 36 países**. Tradução de Vera Caputo. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

LYNCH, Christian & CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. 1ª edição. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MELO, Carlos Ranulfo. "Os partidos nas democracias: passado, presente e futuro." *In*: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CUNHA, Eleonora Schettini Martins (orgs). **Introdução à Teoria Democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino & DOMINGUES, Letícia Birchal. Protestos contemporâneos e a crise da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, p. 1-36, 2022.

MAZUI, Guilherme & RODRIGUES, Paloma. Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputado dos atos antidemocráticos. **G1**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

NETO, Fernando Bizzarro & COPPEDGE, Michael. O Brasil na perspectiva do Projeto Variedades da Democracia. **Working Paper - THE VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE**. Series 2015:14, 2015.

O'DONNELL, GUILHERMO. **Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism - Studies in South American Politics**. Berkeley, Institute of International Studies - University of California, 1973.

RENNÓ, Lúcio; AVRITZER, Leonardo; CARVALHO, Priscila D. Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 36, p. 1-29, 2021.

RIBEIRO, Janaína. Set/2018: "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre. **Exame, 2018**. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

RICCI, Paolo; IZUMI, Maurício; MOREIRA, Davi. O populismo no Brasil (1985- 2019): um velho con-

ceito a partir de uma nova abordagem. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 36, v. 107, p. 1-22 2021.

ROSA, Ana Silva. O reacionarismo no poder. **Quatro Cinco Um**. Disponível em: <<https://www.quatro-cincoum.com.br/br/resenhas/laot/o-reacionarismo-no-poder>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SÁ E SILVA, Michelle Morais de. **Beyond ordinary policy change: Authoritarian policy dismantling in Brazil**. SciELO Preprints, 2021.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Marcelo Kunrath. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? **Lusotopie**, Marseille, n. 17,v. 1, p. 88-111, 2018.

UOL. *Declarações polêmicas de Jair Bolsonaro durante seu mandato no Brasil*. **Uol**, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/09/28/declaracoes-polemicas-de-jair-bolsonaro-durante-seu-mandato-no-brasil.htm/>>. Acessado em: 02 dez. 2022.

V-DEM, **The V-Dem Dataset**, 2022. Disponível em: <<https://www.v-dem.net/data/the-v-dem-dataset/>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

V-DEM INSTITUTE. **Autocratization Turns Viral** - Democracy Report 2021. Disponível em: <https://v-dem.net/documents/12/dr_2021.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

V-DEM INSTITUTE. **Autocratization Changing Nature?**- Democracy Report 2022. Disponível em: <https://v-dem.net/media/publications/dr_2022.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

VEJA. “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, diz Bolsonaro. **Veja**, 2018. <<https://veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro/>> Acesso em: 24 mar. 2023.

